



“EU SOU ÍNDIO”! “EU NÃO EXISTO?”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Hildenia Onias de Sousa

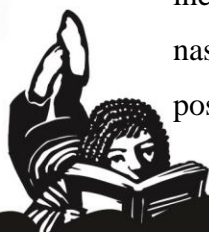
(Rede Municipal de Ensino- João Pessoa-PB. E-mail: hildeniaonias@gmail.com)

Resumo: O livro didático é um subsídio que deve ser considerado e utilizado na prática do professor. Não obstante sabermos das limitações inerentes a esse suporte, é necessário que o valorizemos e aproveitemos esse material que está nas mãos do aluno e que confere a ele uma certa autonomia de leitura, assim como de posicionamento crítico, face ao que nele é veiculado. O objetivo deste trabalho é apresentar um relato de experiência vivenciado na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A leitura de textos de gêneros diversos, veiculada no livro didático, propiciou uma discussão que ultrapassou os limites da sala de aula e deu visibilidade ao discurso de um aluno, até então sem identidade revelada para a escola e para a sua sala de aula. Por meio das discussões realizadas a partir dos textos lidos, ele se autodeclarou índio e reivindicou seu direito de vez e voz na escola. O desdobramento dessa aula resultou no protagonismo do aluno, que teve a oportunidade de mostrar sua cultura, desenvolvendo palestras e oficinas para toda a comunidade escolar. Observamos, também, como resultados dessa experiência, o crescimento da interação da sala com o estudante, sua confiança na escola em que ele estuda, o fortalecimento do trabalho do professor em consonância com os outros profissionais da escola como pedagoga, assistente social, psicóloga, gestores e demais profissionais que contribuíram para que se fizesse um evento no dia do índio, protagonizado por um índio.

Palavras-chave: Livro didático; Leitura; Protagonismo; Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares, localizada na cidade de João Pessoa, na Paraíba, baseada nos princípios norteadores de uma educação democrática e para o fortalecimento dos sujeitos, busca o respeito à diversidade em suas múltiplas manifestações. Dessa forma, empenha-se em valorizar a prática docente e mantê-la em diálogo com outros segmentos da escola, a fim de que o aluno tenha a oportunidade de ser protagonista do seu conhecimento e de ser valorizado na sua cultura. O nosso foco neste trabalho é o ensino na EJA, mais especificamente, o Segundo segmento dessa modalidade. Faremos, a seguir, algumas considerações sobre os recursos didáticos da escola, com foco no livro didático de Português (LDP) na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O livro didático é um subsídio que deve ser considerado e utilizado na prática do professor. Não obstante sabermos das limitações inerentes a esse suporte, é necessário que o valorizemos e aproveitemos esse material que está nas mãos do aluno e que confere a ele uma certa autonomia de leitura, assim como de posicionamento crítico, face ao que nele é veiculado. Por essa razão, o objetivo deste trabalho





VII ENLIJE

é apresentar um relato de experiência vivenciado na Educação de Jovens e Adultos (EJA), afim de destacar que a leitura de textos de gêneros diversos, veiculada no livro didático, propiciou uma discussão que ultrapassou os limites da sala de aula e deu visibilidade ao discurso de um aluno, até então sem identidade revelada para a escola e para a sua sala de aula.

Os recursos didáticos, dos quais dispomos para ministrar nossas aulas ainda são insuficientes, porém, temos acesso a uma máquina copidora, dispomos de uma biblioteca de pequeno porte, um *data show* e o livro didático, que é considerado um dos materiais de apoio mais acessíveis ao aluno. Por essa razão, é bastante valorizado na nossa prática; não apenas por fazer parte do processo de aprendizado do aluno, mas também por levarmos em consideração a qualidade do material e o respeito ao direito do aluno de usufruir desse recurso, assim como o respeito aos investimentos públicos na aquisição desse e de outros suportes que auxiliam a nossa prática e contribuem para a construção do conhecimento dos estudantes. A respeito da utilização do LD na escola, Batista e Rojo (2003) argumentam:

[p]ara que sua utilização se concretize nas escolas, reforçando o vínculo dos conteúdos com as práticas sociais e atendendo às novas demandas das escolas, é necessário que o livro didático seja um instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade e instigá-lo a pensar em perspectiva, formulando hipóteses de solução para os problemas atuais. Isso significa colocar o livro didático como subsídio da escola para a consecução do objetivo de promover o exercício da cidadania, vale dizer, a serviço da sua proposta pedagógica que é, em última instância, o projeto coletivo necessário à constituição da identidade da unidade escolar. (BATISTA; ROJO, 2003, p. 44).

Procuramos utilizar o LDP (EJA, 2013) como subsídio à nossa prática, e não deixamos de fazê-lo aliando aos conteúdos previstos pelo Plano de Ensino. Esse plano é elaborado tendo como base os documentos oficiais da educação de João Pessoa - PB, como o *Plano Municipal de Ensino* (2015-2025). O LDP da EJA, organizado pela editora Moderna, está contextualmente ligado às concepções de ensino, vigentes até 2017 nos documentos oficiais, tais como a *Lei de Diretrizes e Bases* nº 9.394/96 (LDB) (1996) e os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) (1998), esses últimos substituídos pela orientação da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC).

Os documentos oficiais preconizam o ensino contextualizado e a aprendizagem construída de forma participativa, em que o professor é um mediador da construção do conhecimento e o aluno é sujeito dessa construção. A linguagem atua como uma condição indispensável para que os sujeitos expressem seus desejos e opiniões. Assim, a aula de





VII ENLIJE

Português, com maior responsabilidade, deve promover oportunidades de apropriação de atividades discursivas. Em Brasil (1998, p. 19) vemos que

[o] domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade lingüística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania.

A otimização do discurso do aluno deve ser uma constante na prática do professor de Português. Permitir que expressem suas opiniões, discordem, acrescentem informações ao que se está ensinando ou ajudando a construir, são atitudes que fazem a diferença no processo ensino-aprendizagem. Considera-se, também, nesse âmbito, o respeito à diversidade em todas as suas formas de apresentação. O citado livro trabalha com a proposta de variados gêneros, veiculados em diferentes suportes (jornais, revistas, livros, web sites, cartazes, dentre outros) para chegar a uma formulação teórica e sistematizada do conteúdo a ser estudado. Julgamos oportuno fazermos uma descrição sobre a metodologia do livro, para que melhor possam ser compreendidas as discussões desse trabalho.

Considerações sobre livro didático de português

Este trabalho foi realizado a partir de apontamentos que fizemos sobre aula ministrada em abril de 2017 com a lenda “Uirapuru”, no livro didático. Acompanhamos os atendimentos da assistente social ao aluno indígena como também os relatos sobre as oficinas que ele realizou na escola, por ocasião do dia do índio e das reflexões iniciadas em sala. Também apresentamos essa experiência no Planejamento geral da escola. A partir daí, tivemos dados para escrever o presente relato, cujo foco é a relação exitosa dessa ferramenta (livro didático) com a prática do professor e o a formação cidadã dos alunos.

O livro didático, em linhas gerais, é um recurso pedagógico que recebe muitas críticas. Uma delas diz respeito a ser essa ferramenta um suporte do texto literário. Soares (2003), quando discorre sobre os processos de escolarização do livro de literatura infantil, considera o LD como uma instância de escolarização. Dessa forma, afirma:

Ao ser transportado do livro de literatura infantil, para o livro didático, o texto tem de sofrer, inevitavelmente transformações, já que passa de um suporte para outro: ler diretamente no livro de literatura infantil é relacionar-se com o objeto-livro-de-literatura completamente diferente do objeto-livro-didático.





VII ENLIJE

são livros com finalidades diferentes, aspecto material diferente, diagramação e ilustrações diferentes, protocolos de leitura diferentes. Se a necessidade de escolarizar torna essas transformações inevitáveis, é, porém, necessário que sejam respeitadas as características essenciais da obra literária, que não sejam alterados aqueles aspectos que constituem a literariedade do texto.

A autora reconhece que o processo de escolarização da leitura literária é inevitável. Por isso, insiste em que esse processo seja feito sem excessos, de modo que o texto literário, mesmo transportado para o suporte livro didático, continue carregando as especificidades que fazem dele um texto literário. É preciso que a transposição que é feita do livro de literatura para o LD não sofra alterações que comprometam o uso estético da linguagem, assim como o seu caráter de texto que emociona, que diverte.

A presença do LD nas escolas públicas brasileiras tem uma longa história. Passou por várias modificações, influenciadas, dentre outros fatores, pela noção de ensino de língua assumida em diferentes períodos. Marcuschi (2012) aponta que

[a] exploração é efetuada no decurso de tempo que se estende dos anos trinta do século passado ao final da primeira década do novo milênio. O marco inicial está diretamente relacionado à época em que os livros de uso no espaço escolar começam a ser nomeados como *livros didáticos*, nas falas das autoridades constituídas, na legislação educacional e na editoração das obras. (MARCUSCHI, 2012, p.36).

Portanto, quando nos reportamos ao LD como um recurso didático, como uma política pública estamos nos remetendo à própria história da educação brasileira. Nesse contexto, pensar a presença desse material na escola presume pensar numa perspectiva diacrônica, entendendo os contextos em que estão inseridos.

Indiscutivelmente, o LD ocupa um espaço privilegiado nas escolas públicas brasileiras. Em virtude disso, o MEC “institucionaliza um conjunto de políticas de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos para a Escola Pública de nível fundamental, através do PNL (Programa Nacional do Livro Didático).” (MARCUSCHI, 2012). Reiteramos que o LD sofre muitas críticas no meio acadêmico. Porém, a despeito do que se diz desse instrumento pedagógico, devemos ressaltar que, por muito tempo, esse material, talvez, foi o único que o aluno dispunha para a prática de leitura do texto escrito, sobretudo o texto literário. Na mesma obra citada, Beth Marcuschi (2012) nos oferece uma explicação muito enfática sobre o porquê não se pode descartar o LD, ao mesmo tempo que faz uma dura crítica ao uso dele pelos professores:

Mesmo sendo alvo de muitas críticas nos últimos anos, não é possível simplesmente descartá-lo, em virtude da herança cultural e mesmo do seu papel junto a muitos docentes que veem nele a muleta que sustenta seu fazer pedagógico, acompanhando-o – fiéis seguidores – do princípio ao fim. (MARCUSCHI, 2012, p.37)





VII ENLIJE

contrário do que se diz, reiterando Geraldini (1997), não é o professor que adota o LD; mas, o professor é adotado pelo LD, devido a uma série de fatores, tais como: as facilidades que o LD proporciona, a escassez de materiais didáticos, falta de uma política de formação adequada. (MARCUSCHI, 2012, p. 214).

Embora consideremos o LD como uma herança cultural da qual, enquanto escola, não podemos nos esquivar, é importante frisar que talvez a relação dos professores de Português com ele, atualmente, não seja mais representada pela metáfora da muleta. É possível que essa relação contundentemente apontada por Marcuschi (2012) tenha sofrido modificações influenciadas pela leitura de documentos oficiais, formação continuada, dentre outros fatores. Nessa perspectiva é importante atinar para o que afirma Fernandes (2010) a esse respeito:

Ampliando a nossa ideia do conceito de letramentos, podemos dizer que as práticas sociais de letramentos – incluindo as que envolvem a leitura de/no livro didático – são inferidas a partir dos eventos de letramentos que propiciam, sendo estes mediados por textos escritos, orais ou multimodais. Os textos, nesse caso, têm objetivos sociais e culturais visando à construção de sentidos. Podemos dizer que, em contexto escolar, eles serão mediadores para a realização de atividades escolares específicas, estabelecendo relações entre as práticas do aluno e a instituição escolar. (FERNANDES, 2010, p. 20)

Os textos veiculados no LD também contribuem para as práticas de letramento na escola. Por essa razão o LD não deve ser apontado como o vilão das limitações de ensino-aprendizagem no contexto escolar. Ao contrário, guardadas as devidas proporções de suas limitações e do uso inadequado que possa acontecer em torno dessa ferramenta pedagógica, convém que olhemos também para a contribuição que ele oferece aos processos de letramentos.

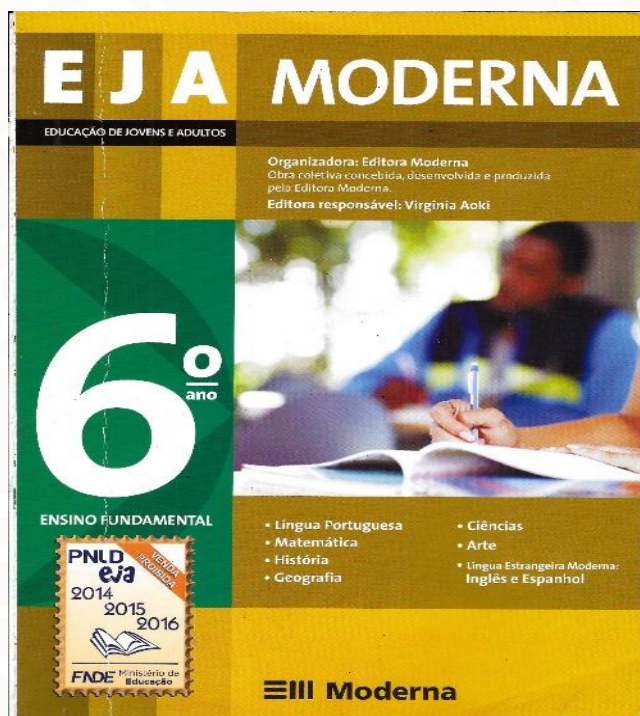
Consideramos pertinente apresentar uma descrição do livro e da Unidade trabalhada, que foi pressuposto para essa experiência. A princípio, temos a capa do livro. É interessante pontuar que o referido material traz os conteúdos das principais disciplinas estudadas na EJA. Vejamos:





VII ENLIJE

Figura 1 – Capa do Livro Didático utilizado na EJA



Fonte: Arquivo pessoal

A unidade I é encabeçada pelo título “Identidade e pluralidade: histórias, palavras e origens”. O primeiro texto é uma xilogravura de Gilvan Samico, intitulada “A mãe dos homens”.






Figura 2 – Texto da unidade I

UNIDADE 1 – Identidade e pluralidade

Capítulo 2

Histórias, palavras e origens



A Gilvan Samico, *A mãe dos homens* (1981). Xilografia sobre papel, 52,5 x 69,5 cm. Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM).

Alguns mistérios sempre despertaram o interesse da humanidade e causaram inquietações. Na tentativa de desvendá-los, muitas vezes, o ser humano busca explicações recorrendo às crenças e ao imaginário popular. Quando chegam a uma resposta, ela acaba sendo contada e recontada a várias gerações, mesmo que se usem diferentes meios de fazê-lo.

Leia a legenda e observe a imagem.

- O que essa obra retrata?
- Que ideias os elementos que a compõem suscitam em você?
- Você conhece outras obras semelhantes a essa?

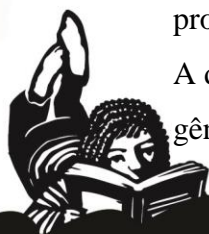
Converse com os colegas e com o professor sobre essas questões. Ouça o que eles têm a dizer e dê também a sua opinião.

34

Fonte: Arquivo pessoal

O texto não verbal, seguido do texto escrito, sinalizam para o estudo sobre o gênero lenda, propondo uma introdução à valorização do imaginário popular. Em seguida, tem-se um texto que corresponde a um trecho da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, com foco nos Artigos I e II. Sob o título “Ler e compreender”, o livro apresenta a lenda “O Uiarapuru”, seguida de seis questões de compreensão. Após as perguntas, segue-se a seção “Para além do texto”, que traz uma reportagem veiculada na *Folha de São Paulo*. A citada reportagem informa sobre a apuração da FUNAI a respeito de uma criança indígena, queimada viva, por madeireiros no Maranhão. Desse texto, tem-se seis perguntas que tangenciam o aluno para comparação com o texto “O uiarapuru”, para a formulação de opiniões sobre a notícia e para a reflexão sobre os direitos humanos. Somente depois dessas leituras é que aparece a seção “Para estudar o gênero” (Lenda), e ainda baseado em outro texto: “A mandioca, o corpo de Mandi”, contendo oito questões sobre a lenda da mandioca. Por fim, tem-se uma página que retoma os textos lidos e introduz o conceito de lenda e suas características.

A sequência de atividades do livro foi cumprida, por julgarmos adequada aos estudos e propostas atuais que tratam o texto como objeto do ensino de língua, assim como de literatura. A diversidade de gêneros comparece no livro, permitindo o contato do estudante com variados gêneros textuais e a comparação entre eles.





O discurso e a discussão

Por ocasião da leitura do texto “O uirapuru”, e da discussão sobre o mesmo, acontecida em abril de 2017, afirmamos que tal narrativa era uma lenda. Não iremos tratar aqui do gênero lenda e suas concepções teóricas, mas daremos visibilidade à experiência de leitura enquanto um fenômeno que modificou uma situação de sala de aula e contribuiu para que o aluno se reconhecesse como sujeito crítico, capaz de se fazer ouvir.

Assim que afirmamos que o texto lido era uma lenda, um aluno mostrou-se insatisfeito e indignado. Ele entrevistou e disse que discordava de que o texto fizesse parte desse gênero, pois se tratava da história dos índios e os índios não eram lendas. Sua fala, inicialmente, era muito tensa, no que afirmava a todo tempo que não estava na escola por causa de livro, de merenda, de material escolar. Mas que estava ali para lutar pelos seus interesses e defender o seu povo. Ele afirmou: “Eu sou índio”. E questionou: “Eu não existo?”

Percebemos que o texto foi um ponto de partida para um desabafo. Aquele aluno precisava dizer que era índio e que queria ver sua identidade valorizada e inclusa no fazer cotidiano da escola e mais precisamente nas atividades comemorativas.

Mediante esse contexto, ouvimos o que ele tinha a dizer e o elogiamos pela sua intervenção, pois, até então, nem os demais alunos nem a professora sabiam que existia um aluno índio em sala. Todo esse acontecimento foi contornado e encaminhado para uma proveitosa discussão a respeito da valorização do índio. Levada a experiência à assistente social, especialista de plantão naquela noite, a profissional nos deu todo o apoio. Conversaram com o aluno sobre a sua importância na escola e sobre o espaço aberto para que ele, junto com a comunidade escolar, pudesse desenvolver práticas que valorizassem a cultura indígena. A partir de então, foi organizado um evento para comemorar o dia do índio. É importante pontuar que o aluno reclamou o direito de que a escola realizasse eventos para valorizar a cultura indígena, afirmando que o negro tinha esse espaço na escola e faltava oportunizá-lo ao índio.

O aluno foi o protagonista e teve a oportunidade ampla de fazer uma reflexão com todas as turmas da EJA sobre a sua cultura e sobre a inerência dessa cultura em nossas vidas. Assim como com outras turmas de ensino fundamental da escola, nos turnos tarde e noite. Nessa perspectiva, houve um novo olhar por parte da escola com relação ao índio. Os alunos se envolveram em oficinas de confecções de instrumentos indígenas, houve a democratização de um saber, de uma cultura.

O aluno índio sentiu-se valorizado, aceito no ambiente escolar. A partir daí, seu desempenho cresceu, o interesse pelas atividades da escola, a participação nos debates e a





VII ENLIJE

relação com os demais alunos e alunas ficou muito mais fluente. A escola Zumbi dos Palmares tem como tema norteador de suas práticas no ano de 2017 *Por uma escola de humanidades*. O conceito de humanidades utilizado é o de Edgar Morin (2003). O autor entende o ser humano como uma construção integrada ao cosmo, não sendo possível fazer uma cisão da natureza biológica, no que há de mais humano, das construções sociais e culturais. O autor pontua que

[o] ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente culturais. O que há de mais biológico – o sexo, o nascimento, a morte – é, também, o que há de mais impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais elementares – comer, beber, defecar – estão estreitamente ligadas a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades mais culturais – falar, cantar, dançar, amar, meditar – põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos; portanto, o cérebro. (MORIN, 2003, p. 40).

A escola precisa perceber o educando na sua totalidade humana. É necessário que a prática pedagógica tenha a preocupação de ver o estudante como um sujeito com sua identidade, com seu lugar, vez e voz. Para tanto, a aprendizagem tem de fazer sentido para o aluno, ela precisa ser significativa. Só assim, construiremos um conhecimento libertador para educadores e educandos e para todos os que estão inseridos no ambiente escolar, enquanto lugar de aprendizagens e de formação do sujeito crítico e consciente de sua contribuição para o exercício da cidadania.

Conclusões

Por mais que planejemos as nossas ações cotidianas em sala de aula, acontecimentos novos podem surgir. Os nossos alunos estão muito mais conscientes de quem são e do que querem ao vir à escola, principalmente na EJA, que é uma modalidade de ensino, cujos alunos e alunas são, em sua maioria, pessoas que têm metas definidas ao procurarem uma ascensão social e profissional através dos estudos.

Não basta elaborar um plano de ensino, preparar uma aula com o intuito de cumprir um conteúdo pré-estabelecido. É necessário termos a consciência de que lidamos com pessoas, com histórias de vida, muitas vezes, marcadas pela exclusão social e pela negação dos direitos do cidadão. Por essa razão, consideramos essencial a formação do professor, a consciência de que não é detentor de todos os saberes, a abertura para ouvir o que o aluno tem a dizer, a humildade





VII ENLIJE

para ser questionado, a competência para contornar uma situação-problema e redirecioná-la em favor do ensino-aprendizagem com uma prática libertadora.

A experiência com o livro didático de Português, particularmente na nossa prática, tem funcionado de forma positiva. Os aspectos aqui relatados corroboram o uso da obra didática como uma ferramenta de apoio e confirma que é possível contribuir para formação cidadã dos alunos a partir de algum texto trabalhado no livro didático. O livro se adequa às propostas de ensino previstas nos documentos oficiais, o que nos garante





VII ENLIJE

Referências

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ROJO, Roxane (org.). **Livro didático de Língua Portuguesa: letramento e cultura da escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

BRASIL. Decreto n. 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 08 ago. 2017.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

EJA Moderna - Educação de Jovens e Adultos - 6o Ano - Ens. Fundamental. São Paulo: Moderna, 2013.

FERNANDES, Marly Aparecida. **A leitura do livro didático de Português do Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269655/1/Fernandes_MarlyAparecida_M.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

Plano Municipal de Educação (2015-2025). Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br>>. Acesso em 07 jun. 2017.

MARCUSCHI, Beth. Livro didático de Língua Portuguesa: políticas públicas e perspectivas de ensino. In: MILREU, Isis; RODRIGUES, Márcia Candeia (orgs.). **Ensino de Língua e Literatura: políticas, práticas e projetos**. Campina Grande: Bagagem, 2012.

MINIESTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_em_baixa_site.pdf>. Acesso em 07 jun. 2017.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. – 8ª ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OTA, Ivete Aparecida da Silva. **O livro didático de língua portuguesa no Brasil**. Educar, Curitiba, n. 35. Editora UFPR. 2009.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins.; BRANDÃO, Heliana Maria Brina.; MACHADO, Maria Zélia Versiani. **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

